



**Universidade Federal de Santa Maria  
Educação a Distância da UFSM – EAD  
Universidade Aberta do Brasil  
Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal  
Pólo de Educação Superior de Jacuizinho**

**MEDIAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PELA IGUALDADE DE ACESSO E  
VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS E EXPERIÊNCIAS EXTRACLASSES: UM  
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - RS**

**Artigo de Conclusão de Curso**

**Mára Lenir Vaz Textor**

**Jacuizinho, RS, Brasil  
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Educação a Distância da UFSM – EAD  
Universidade Aberta do Brasil  
Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal  
Pólo de Educação Superior de Jacuizinho**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o artigo

**MEDIAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PELA IGUALDADE DE ACESSO E  
VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS E EXPERIÊNCIAS EXTRACLASSES: UM  
ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - RS**

Elaborado por  
**MÁRA LENIR VAZ TEXTOR**

Como requisito parcial para obtenção do título de  
Especialista em Gestão Pública Municipal

**Comissão Examinadora**

**Guerino Antonio Tonin  
(Orientador)**

**Márcia Zampieri Grohmann**

**Luis Felipe Dias Lopes**

Santa Maria, 20 de dezembro de 2011.

## **MEDIAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR PELA IGUALDADE DE ACESSO E VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS E EXPERIÊNCIAS EXTRACLASSES: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - RS**

Mára Lenir Vaz Textor<sup>1</sup>

Guerino Antônio Tonin<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este texto aborda um estudo sobre o trabalho da gestão escolar municipal em prol da valorização de experiências extraclasse vivenciadas pelos estudantes como meio de evitar a evasão. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Emílio Henrique Schmitt, situada na localidade de Campo Comprido, zona rural de Espumoso, onde, através de um estudo das características básicas da instituição e de uma entrevista realizada com uma gestora educacional, são analisados os modos como a gestão tem operado para atender aos princípios estabelecidos pela LDB no que concerne ao acesso e permanência dos estudantes na escola e à valorização das particularidades vividas nas experiências extraclasse. Dentre os resultados, foram apontados problemas de infraestrutura na escola e dificuldades familiares que comprometem o bom desempenho e permanência dos estudantes, assim como uma luta empreendida pela gestão escolar para amenizar essas dificuldades e oportunizar igualdade de acesso e permanência para todos os estudantes, incluindo projetos que levam em conta os saberes extraclasse desenvolvidos pelos mesmos.

**Palavras-chave:** gestão pública, experiências extraclasse, gestão escolar.

## **MEDIATIONS OF EDUCATIONAL ADMINISTRATION FOR EQUALTY OF ACCESS AND VALORIZATION OF DIFFERENCES AND EXTRA-CLASS EXPERIENCES: A CASE STUDY IN A MUNICIPAL SCHOOL OF ESPUMOSO - RS**

### **Abstract**

This text deals with a study about municipal school administration, on behalf of a higher level of extra-class experiences, to be lived by students in order to avoid evasion. The research was done at Emílio Henrique Schmitt Municipal School – situated at Campo Comprido, rural zone of Espumoso, RS – where, through a study of the basic characteristics of the institution and an interview done with an educational administrator, we analyze the ways school administration operates to attain the principles which were established by the LDB (Laws of Directives and Bases) on what concerns to the access and permanence of students at school and to the valorization of the particularities which are lived at extra-class experiences. Amongst the results, we point infra-structure problems at school and familiar difficulties which compromise the good fulfillment and permanence of students, so as a struggle faced by the school administration to soften these difficulties and to give chance to access and permanence equality to all students, including projects which consider the extra-class knowledge which has already been developed by them.

**Keywords:** public administration, extra-class experiences, school administration.

---

<sup>1</sup> Pós-Graduanda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal – Universidade Federal de Santa Maria, 54 99777319, [mara.vaztextor@gmail.com](mailto:mara.vaztextor@gmail.com).

<sup>2</sup> Orientador. Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal – Universidade Federal de Santa Maria.

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma escola da zona rural são inúmeras as dificuldades de acesso encontradas pelos estudantes que, em sua grande maioria, dependem do uso do transporte escolar e realizam inúmeras atividades no período extraclasse junto ao trabalho de suas famílias. Em muitos momentos os estudantes acabam abandonando a escola em função do trabalho ou da dificuldade de acesso, sendo a evasão escolar um dos grandes problemas enfrentados. Diante disso, opta-se por empreender uma pesquisa que possibilite uma melhor compreensão sobre como essa escola tem desempenhado seus papéis de gestão escolar no sentido de valorizar as experiências cotidianas dos estudantes, tanto nos aspectos culturais quanto nas práticas de trabalho, analisando se esses modos de valorização podem contribuir para o maior acesso e permanência dos estudantes na rede escolar.

A pesquisa se configura como um estudo de caso referente à atuação do gestor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt no que concerne às estratégias desenvolvidas na escola para atender aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para garantir o acesso e permanência dos estudantes na escola, a valorização das experiências extraclasse e a igualdade de condições para esse acesso.

Mudar a forma de organização que a escola se utiliza requer mudanças “radicais” na sua forma de pensar e organizar. Essa escola não pode ser pensada de cima para baixo, mas deve ser a representação “viva” das necessidades, inquietudes, utopias da própria escola, daqueles que a constituem, para que se possa fazer frente às contínuas mudanças ocorridas na sociedade atual, partindo do “saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 2003).

Não se pode fingir, nem negar que a sociedade atual vive uma realidade neoliberal, individualista, excludente, e que a escola faz parte deste contexto, e por vezes é pensada verticalmente para buscar reproduzir as ações que justifiquem as diferenças sociais existentes na sociedade.

As transformações ‘fora’ do ambiente escolar, acima citadas, estão relacionadas às instâncias superiores que ‘coordenam’ a educação ao nível das políticas públicas voltadas para ações que convalidem as propostas educacionais almejadas pela escola cidadã e as contribuições das instâncias para propiciar um ambiente favorável à construção do conhecimento. Por meio dessa pesquisa, é buscada uma compreensão sobre como a escola estudada agencia suas práticas de gestão escolar, levando em consideração as particularidades

de experiências cotidianas dos estudantes para além do espaço escolar e como as condições para o acesso e permanência na escola possibilitam o respeito às diferenças enfrentadas nesses diversos cotidianos.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Ao longo de sua história, a educação escolar passou por inúmeras modificações em prol da qualidade de ensino e, principalmente, visando sua adaptação às necessidades de cada época, seja no âmbito intelectual, trabalhista ou de formação para o autoconhecimento dos indivíduos. A autonomia das escolas foi pouca ou nenhuma, restrita aos interesses da igreja ou do Estado, mas isso não impediu que diversos pesquisadores se dedicassem a pensar em melhorias para a educação, ocasionando, no último século, a criação de leis específicas que favoreceram uma maior organização do sistema de gestão escolar.

### **2.1 A educação na história**

Como descreve Foucault (1997), a função da escola, desde sua invenção, se baseia no princípio da doutrinação, da disciplinarização dos corpos para atender aos interesses do poder. Isso se fez presente, no Brasil, desde o profundo empenho dos jesuítas em ‘amansar’ os povos indígenas, obrigando-os a aderir à religião e aos costumes europeus.

Mais tarde, esse poder continuou se fazendo presente em uma educação burguesa e patriarcal que exclui qualquer participação de mulheres, negros e pobres.

Nessas condições, pensar em possibilidades de igualdade de condições de acesso à educação, como declarado hoje na LDB, seria incabível em um ensino que submetia uma pequena parcela privilegiada da população (homens de classe alta) a uma educação doutrinária e excludente.

No ano de 1988, surge a proposta de uma gestão escolar democrática e descentralizada proposta pela Constituição Federal. Nela está prevista a “participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica” e a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. Ganhando legislação própria com a promulgação da lei 9394/96 (LDB) pretendem-se assegurados às escolas progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Como os gestores têm encaminhado suas atuações para atender às propostas dessa lei?

Segundo a LBD, a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, é preciso ousar construir uma escola onde todos sejam acolhidos e tenham sucesso. Para isso, é imprescindível a atuação permanente de uma gestão pública com ações coerentes e criativas na comunidade escolar na qual ela está inserida.

## **2.2 A gestão pública na educação atual**

Grandes mudanças vêm ocorrendo no âmbito da sociedade (novas tecnologias, a enorme influência da mídia e da internet...), atingindo crianças, jovens e adolescentes que frequentam a escola, de modo que se faz necessário pensar sobre o papel exercido hoje pela gestão pública na comunidade escolar.

Como declara Libâneo (2001, p. 40), é pertinente refletir sobre a organização do espaço escolar dentro de uma “sociedade técnica/científico-informal”, para que os profissionais da educação sejam capazes de fazer frente a essas inovações na sociedade capitalista (neoliberal) que conseqüentemente modificam as relações entre as pessoas, tornando-as mais estimuladas a competir entre si.

Outro aspecto que merece destaque é a revolução informacional, que visa a expansão e apropriação de aspectos culturais e informacionais, que de forma minuciosa (re)modifica o contexto de relação entre famílias-famílias, indivíduos-indivíduos, educando-escola, indivíduo-sociedade, permitindo-os serem domesticados pelas informações midiáticas. Neste contexto social, informacional, deve haver preparação para interpretar as informações de forma que se possa extrair destas, peculiaridades significativas para a vida em sociedade.

Mas o que a organização do espaço escolar tem a ver com essas mudanças ocorridas na sociedade? Se olharmos nas ‘entrelinhas’, transcendendo às afirmações de Libâneo (2001), encontraremos a resposta a esse questionamento, visto que elas se remetem ao campo educacional, que por sua vez, tem um papel de grande influência na construção de um indivíduo capaz de agir-refletir-agir sobre essa ‘nova’ sociedade, na construção e articulação de sua própria história, como sujeito e não como mero expectador.

O que se busca é uma escola que eduque para o exercício da cidadania, que vise à transformação.

A escola não deve ser reprodutora, mas sedimentada nas ações coletivas-individuais dentro dos princípios democráticos, construindo conhecimento crítico e reflexivo. Para tanto, deve ser uma ‘escola cidadã’, compromissada com as classes menos favorecidas, que faça

uma leitura de mundo e propicie mecanismos facilitadores para professores, alunos e pais a fim de que possam, coletivamente, edificar uma educação que esteja voltada para a construção de uma sociedade mais solidária e humana.

Assim, deve-se pensar em uma escola que valorize os conhecimentos assistemáticos de seus educandos, que tenha por pressuposto “que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003, p. 47). No entanto, para que a educação escolar possa colaborar com essas perspectivas é necessário que ocorram transformações fora e no interior das escolas no que concerne à gestão, autonomia, participação, os quais são essenciais a um Projeto Político–Pedagógico (PPP) e a uma Gestão Pública eficaz e atuante.

É conveniente salientar que o poder público deveria assumir o compromisso com a educação de qualidade, mas não da qualidade total enfatizada pelo neoliberalismo, mas a qualidade social, que é para todos, e este não pode se abstrair de sua função. Tampouco a escola deve chamar para si toda a responsabilidade pela educação. Essa relação não antagônica entre a instituição escolar ao nível das políticas públicas tem uma dimensão relevante no contexto educacional contemporâneo, pois ambos assumem a responsabilidade da educação para o seu povo, e com qualidade.

Essa ‘nova’ escola precisa se articular de forma coletiva, planejada, capaz de criar e recriar possibilidades de interferência crítica/reflexiva construtiva na realidade em que o educando está inserido e que este faça parte dessa realidade.

Propiciar aos educandos espaços de reflexões sobre seus papéis enquanto cidadãos de uma nova época é de suma importância, para que possam exercer sua cidadania dentro e fora do espaço escolar. A educação escolar tem papel preponderante na conquista da cidadania, mas para tanto, precisa ser democrática nas tomadas de decisões, precisa emergir em seu interior uma ruptura com o poder totalitário, e propiciar uma “educação [na] para e pela cidadania” (GADOTTI, 2001, p. 96).

A escola precisa estar organizada, ter um rumo, um horizonte a ser alcançado, de maneira que transponha, ultrapasse o universo da teorização do ideal de cidadania, que as teorias vinculadas à organização do espaço escolar, cidadania, qualidade de ensino, gestão democrática entre outros, faça parte da rotina diária da escola e conseqüentemente daqueles que são sujeitos no espaço escolar.

É importante refletir que não é somente papel da escola (educação) buscar mecanismos que propiciem ideais democráticos, que conduzam a uma sociedade mais justa, solidária, mais humana, menos competitiva. No entanto segundo a análise de Libâneo, a

escola tem um papel importantíssimo e “insubstituível quando se trata de preparação cultural e científica das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade contemporânea” (LIBÂNEO, 2001, p. 44).

Diante da grande responsabilidade, do compromisso, que a educação exerce na formação cognitiva, social, numa ação recíproca entre educadores e educandos, é preciso que esta não ande em descompasso com a temporalidade, com as inovações técnicas, científicas, informacionais, culturais que atingem a todos, ao mesmo tempo que não pode deixar em segundo plano a cultura vivenciada pelos estudantes em suas relações sociais familiares e locais.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt, localizada na zona rural da cidade de Espumoso-RS através da descrição de experiências vivenciadas pela pesquisadora, de pesquisas nos documentos da escola (Regimento Escolar, Proposta Político-Pedagógica) e de entrevista.

O trabalho é estruturado a partir de dois panoramas: o primeiro descreve as características básicas da Escola bem como seus problemas; e o segundo, feito através de uma entrevista (anexo A) à gestora educacional da escola, visando obter dados sobre a gestão e as possíveis soluções aos problemas abordados nesta pesquisa. Dos doze princípios estabelecidos pela LDB para o desenvolvimento da educação na instituição escolar, essa pesquisa foi baseada em dois deles: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e valorização da experiência extraescolar. A escolha foi feita no sentido de que, a partir desses dois princípios, há possibilidades de desenvolver um estudo focal que permita perceber o quanto a gestão escolar tem levado em consideração os diferentes aspectos cotidianos dos estudantes como relevantes para uma educação que acontece tanto dentro da escola quanto nas vivências extraescolares.

Para tanto, o trabalho se desenvolve a partir de uma abordagem qualitativa, que, segundo declara Minayo (1994, p. 22) é uma metodologia que se aprofunda “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A seguir são apresentados alguns resultados obtidos a partir dos documentos analisados e da entrevista realizada junto à gestora da escola. São também tecidas algumas reflexões, a partir dos autores estudados e da LDB, que apontam alternativas de atuação da gestão escolar na valorização das experiências extraclasse dos estudantes da escola pesquisada.

### **4.1 Características básicas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Emilio Henrique Schmitt, situada na Localidade de Campo Comprido, interior do município de Espumoso/RS, CEP 99425000, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, localizada na Avenida Fernando Ferrari, s/n, Espumoso/RS.

A Filosofia na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da instituição diz que: “Trabalhando numa linha de ação conjunta, queremos formar um ser humano que tenha capacidade de transformação, valorização da vida, cooperativismo e solidariedade que desenvolva a criatividade, liderança, que seja tolerante, participativo, independente e principalmente pensante”.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Emilio Henrique Schmitt oferta as seguintes etapas da Educação Básica:

- Educação Infantil- Pré-escola - Nível B, para crianças a partir de cinco anos de idade;
- Ensino Fundamental: anos iniciais: do 1º ao 5º ano;
- Anos finais, do 6º ao 9º ano (para o Ensino Fundamental de Nove Anos) e de 5ª a 8ª série (para o Ensino Fundamental de Oito Anos).

Nos termos do Art. 29 da LDB nº 9.394/96, os objetivos para a Educação Infantil são os seguintes:

Proporcionar aos alunos da Educação Infantil, através do lúdico, o desenvolvimento de suas potencialidades: ser, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se e responsabilizar-se consigo próprio, com as pessoas, coisas e com o meio em que vivem.

Nos termos do Art. 32 da LDB nº. 9.394/96 são os seguintes os objetivos para o Ensino Fundamental:

- I. Promover exercícios onde os alunos desenvolvam a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade, o exercício da criticidade e o respeito.
- II. Desenvolver a consciência ecológica, visando à formação de atitudes de preservar, respeitar e melhorar nosso meio ambiente.
- III. Oferecer um ensino com significado, onde o aluno possa estabelecer marcos e fazer relações com outras realidades.
- IV. Criar estímulos para refletir, perguntar, discutir, visando uma cultura de sucesso.
- V. Formar habilidades cognitivas como: compreensão, pensamento analítico e abstrato, flexibilidade de raciocínio para entender situações novas, solucionar problemas e se adaptar às novas situações, com a capacidade de continuar aprendendo.
- VI. Resgatar valores como respeito, educação e boas maneiras entre direção, funcionários, pais, professores e alunos.
- VII. Proporcionar encontros com discussões, palestras, visitas e reflexões, bem como trocas de experiências, que envolvam e beneficiem as pessoas ligadas ao processo educacional.

O currículo pretende ser um processo dinâmico, mutante, flexível, aberto, contínuo e permanente de construção do conhecimento a partir de vivências concretas da realidade dos alunos; de ação-reflexão-ação entre os sujeitos do processo aluno/professor/escola/comunidade, que envolva o cotidiano escolar com responsabilidade compartilhada e compromisso político-social; de ações planejadas participativamente, vendo o aluno como sujeito social, pleno, em processo emancipatório, possibilitando-lhe acesso à cultura, à arte, ao desporto, à recreação, ao lazer, à ciência e à tecnologia.

Ao aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) a escola pretende terem garantidas as devidas flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, adequados ao desenvolvimento dos alunos em consonância com o Projeto Pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória.

Os Planos de Estudos fazem parte da organização curricular desta escola e são elaborados pelo coletivo da comunidade escolar; examinados e aprovados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, com período anual para avaliação e possíveis reformulações.

A Escola desenvolve experiências pedagógicas de construção de conhecimentos, buscando partir de temas relevantes e significativos, trabalhados de forma interdisciplinar, no intuito de priorizar o trabalho em equipe, o diálogo, a pesquisa e a interação.

A avaliação do desempenho dos alunos segue os seguintes princípios:

Uma avaliação de qualidade se compromete com o sucesso e avanço dos alunos, estimula seu desenvolvimento, desperta para as suas potencialidades e suas possibilidades, cria expectativas positivas, aguça a curiosidade, desperta o senso crítico, eleva a autoestima.

Com relação à gestão, o processo de tomadas de decisões age no intuito de ser dialógico, democrático e participativo, priorizando o planejamento e a avaliação com a participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar como estratégia de definição das ações coletivas.

A escola objetiva um trabalho de forma democrática, onde todos os segmentos da comunidade escolar tenham acesso ao desenvolvimento e, principalmente, à participação direta no processo educativo e pedagógico da escola.

A Escola se compromete a viabilizar a participação de toda a comunidade escolar, envolvendo professores, alunos, pais ou responsáveis, setores e funcionários. Esta participação se dá através de reuniões periódicas com todos os segmentos, como também encontros pedagógicos, conselhos de classe e correspondências enviadas pela Escola a todos os interessados no processo de aprendizagem e através dos órgãos colegiados.

No Projeto Político-Pedagógico é relatado que debates e reflexões feitos com a comunidade levam à conclusão de que a mesma é vítima da má distribuição de renda, o que não se limita apenas ao município, mas ao país em geral. Além disso, são constatados problemas como desemprego, ausência de saneamento básico e alto índice de analfabetismo entre os pais dos alunos que estudam na escola. Essas problemáticas, sem dúvida, influenciam diretamente na construção da aprendizagem dos educandos e colaboram também para aumentar o número de reprovação e evasão, o que demonstra a necessidade urgente de uma busca, pela escola, de estratégias educacionais específicas para essa realidade.

O documento aborda ainda a necessidade de garantir formação continuada ao longo do ano letivo e de ampliar e reformar alguns dos espaços físicos da escola, a fim de qualificar e redimensionar o trabalho pedagógico. Ao analisar as condições socioeconômicas dos alunos, percebe-se que há muitos problemas como: falta de estrutura familiar, problemas de pais alcoólatras, falta de acesso a diferentes culturas e novas tecnologias, pais desempregados, falta de motivação e perspectiva para o futuro. Estes são alguns dos motivos pelos quais certos pais demonstram não valorizar o trabalho da escola, deixando de ter como prioridade os estudos dos filhos.

A escola também apresenta alunos com dificuldades de aprendizagem que precisam de atendimento psicológico e psicopedagógico para adequar práticas pedagógicas a eles. Na infraestrutura, diagnosticou-se a necessidade de adequação de alguns espaços como a implantação da sala de recursos multifuncionais, bem como atendimentos psicopedagógicos, ampliação da sala de informática, reforma das calhas do saguão, refeitório adequado,

construção de sala de vídeo, biblioteca, laboratório de ciências e cercado para o pátio da escola.

Nesta perspectiva, o trabalho pedagógico tem como objetivo principal fazer do ato educativo uma forma de fornecer aos educandos as ferramentas necessárias para que possam interagir com o meio em que vivem, desenvolvendo suas habilidades e competências, construindo diariamente a sua autonomia e descobrindo-se enquanto seres sociais, sujeitos de sua história.

Durante a etapa de conhecimento da realidade através do levantamento de problemas e soluções para a montagem da Proposta Pedagógica da Escola, os pais dos alunos foram questionados sobre: O que temos de bom? O que deveria mudar? Conhecemos de fato o trabalho da escola? Como podemos nos aproximar dos professores e colaborar com sua proposta?

Foram obtidas, por meio disso, respostas importantes que nos levam a várias reflexões. Ficou claro que os pais querem que seus filhos tenham as condições necessárias para desenvolver uma aprendizagem de qualidade, com boas condições físicas do prédio escolar, valorizando o acesso através do transporte escolar gratuito, com a participação em atividades físicas no ginásio novo e, principalmente, que seus filhos tenham acompanhamento por profissionais qualificados, a fim de que aconteça a aprendizagem e também o desenvolvimento afetivo, social, político, cultural, ético, moral e religioso.

Essa perspectiva também se aproxima da intencionalidade da escola em contribuir na formação de sujeitos críticos, pensantes, que tenham um bom raciocínio, que consigam solucionar problemas, estabelecer comparações, deduzir, concluir e questionar. Reforçando os ideais previstos na filosofia da escola.

Na tentativa de construir uma sociedade, uma educação e uma escola mais feliz, mais humana, a teoria do conhecimento, defendida por Freire, sustenta-se numa concepção dialética em que o educador e o aluno devem aprender juntos no exercício da ação-reflexão-ação, garantindo a unidade entre prática e teoria: “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2003). Por isso, segundo ele, precisamos pensar o concreto, a realidade e não apenas pensamentos, pois assim os cidadãos poderão intervir sobre a realidade, provocando a ampliação e construção permanente do raciocínio e da inteligência. Nesse sentido, para Paulo Freire, a educação não é neutra; é sempre um ato político.

Reafirmando a perspectiva freireana de educação, torna-se importante ressaltar alguns princípios filosóficos e pedagógicos da escola, considerando como necessário: **a)** desenvolver

a ação pedagógica e o processo de aprender a aprender, a partir do pressuposto de que os educandos são sujeitos de sua própria história, acompanhando o desenvolvimento do mundo atual, transformando-o para melhor; **b)** contribuir no desenvolvimento dos educandos, levando em consideração os aspectos cognitivo, afetivo, social, político, entre outros, para que construam suas identidades e seus projetos de vida de forma consciente; **c)** buscar a construção do conhecimento, enraizado na realidade dos educandos, encaminhando-os para a valorização das relações humanas entre si e com o meio em que estão inseridos; **d)** manter ambientes escolares como espaço de inter-relações, aberto ao diálogo, à participação e à motivação de quem nele convive.

Para garantir a inserção social dos alunos no mundo contemporâneo, de forma produtiva, crítica e transformadora, a escola não pode se abster de desenvolver habilidades, que alguns autores chamam de “competências”. Para Philippe Perrenoud, “Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para solucionar uma série de situações”.

A escola também deve se preocupar e investir em uma melhor preparação, tanto dos profissionais, quanto da estrutura, proporcionando assim melhores condições a esses alunos. Os profissionais devem procurar inovar e compartilhar seus conhecimentos, sendo autoavaliadores, que planejam e fazem suas adaptações, com intuito de sempre melhorar a qualidade do ensino e da atividade docente.

#### **4.2 O gestor na Escola Municipal de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt**

Após a análise dos documentos da escola, foi realizada com a gestora escolar uma entrevista (perguntas em anexo) na qual foram abordadas questões que dizem respeito às alternativas para valorização das experiências extraescolares dos estudantes, critérios de avaliação e igualdade de acesso à escola, tendo em vista a adequação da escola às diferenças.

De acordo com o que foi respondido, a escola propõe alternativas para a valorização das experiências extraescolares com a participação em programas de meio ambiente (“A União faz a vida” – Sicredi), através do plantio de árvores, da criação de uma horta onde os professores de todas as disciplinas são convidados a desenvolver, junto aos estudantes, atividades que envolvam esses recursos como meios de aprendizagem. A horta e o plantio de árvores são avaliados juntamente com todas as disciplinas (em artes, desenhos a partir de observação das plantas; em ciências, o meio ambiente; em história, o contexto histórico; em geografia, a poluição, a preservação dos recursos naturais...).

A escola proporciona ainda encontros com as famílias, valorizando saberes familiares como o artesanato e a culinária, por meio de exposições de trabalhos realizados pela família, juntamente com mostras das atividades desenvolvidas pelos estudantes a partir das atividades de plantio.

É também incentivado, para as atividades de ensino, o uso de materiais alternativos, aproveitando os recursos naturais da região.

Segundo a gestora, o estudante é avaliado levando em consideração suas capacidades e limitações, partindo do conhecimento aproveitado de seus saberes cotidianos. Sendo uma região onde as crianças possuem interesse e habilidades para a música, foi também formada uma banda marcial que tem a participação de crianças e adolescentes dos diversos níveis de ensino. Todos os alunos que apresentam bom rendimento escolar podem fazer parte da banda, o que acaba servindo como um incentivo à permanência na escola, colaboração na diminuição dos índices de evasão escolar, visto que o estudante sente seu esforço valorizado para além dos conteúdos escolares.

Quanto ao currículo, além do incentivo a algumas atividades trazidas de fora do ambiente escolar, como a música e o plantio, são seguidos os Parâmetros Curriculares Nacionais, que apontam algumas necessidades básicas de desenvolvimento para que o estudante esteja mais apto a enfrentar diferentes realidades além da local. É ainda desenvolvido um currículo de acordo com a realidade municipal, onde os professores elaboram juntos o regimento escolar, o PPP da escola e os planos de estudo, que costumam sofrer alterações anualmente.

Ao ser questionada sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência dos estudantes na escola, a gestora declara que isso acontece através da oportunidade de inclusão para todas as crianças, mesmo as que apresentam distúrbios de aprendizagens e deficiências físicas. Para tanto, são pensadas atividades diferenciadas que atendam às particularidades e necessidades de cada estudante. Relata que foi ofertado um curso de Libras para uma professora que atendia, em sua sala, uma criança com deficiência auditiva, e que há a constante presença de uma psicopedagoga para acompanhar estudantes com necessidades educacionais especiais.

Com relação aos alunos que são público-alvo da educação especial, existem algumas constatações de baixíssimo rendimento escolar, por esse motivo uma psicóloga está realizando encaminhamentos ao neurologista a fim de obter um diagnóstico mais preciso de suas necessidades, para amparar a atitude do professor. A escola possui espaço físico para sala

de AEE (aprendizagem em educação especial), mas aguarda a chegada do material e a instalação do mesmo.

Valorizando o saber que cada estudante traz de casa, a gestora expõe que a avaliação é realizada de formas diferentes para os estudantes com necessidades especiais, de acordo com suas limitações e, mesmo quando não é necessária a aplicação de uma prova diferente, adotam-se critérios diferenciados de avaliação para aqueles com maiores dificuldades.

Na perspectiva da educação inclusiva temos que pensar que a mesma deve fazer parte da vida de todos. Nesse meio, devemos aprender a conviver com as diferenças do próximo e ajudar quando for preciso, afinal, a educação é um direito de todos.

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas – sempre se avalia o que aluno aprendeu, ou o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. (MANTOAN, 2003, p. 28).

Geralmente o diferente é representado como aquilo que é difícil de lidar, como o desconhecido ou também as pessoas com necessidades especiais. E isso é percebido não só na escola, mas também em nosso cotidiano. Percebe-se uma intolerância a quem tem uma cultura diferente, a quem tem outra religião, outra opção política, a quem fala de outro modo, a quem tem outro ritmo de aprendizagem.

É importante que a integração escolar aconteça não só para os alunos especiais, mas também para os alunos ditos normais, que haja o respeito entre eles, a empatia e amizade, o companheirismo nesta caminhada; e que eles se ajudem entre si rumo à inclusão.

Quando sentimos dificuldades em agir com certas questões, devemos primeiramente procurar ajuda, dos colegas de trabalho, grupos de apoio, das instituições, etc., que podem nos auxiliar, para uma melhora na qualidade de ensino. E jamais desistir diante das dificuldades existentes, deixando de colaborar com o aprendizado desses alunos. Schneider (2003, [s/p]) ainda nos diz que:

O sistema escolar, para construir uma comunidade escolar inclusiva, necessita de planejamento e o desenvolvimento de um currículo que conduza aos resultados esperados pelos setores educacionais. Preparar a equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar conhecimentos para melhorias para um progresso contínuo. Investimento em tecnologia para dar apoio, servindo como um importante dispositivo de comunicação para conectar a escola à comunidade e o ensino dos resultados esperados, além de grupos de professores atuando como planejadores, instrutores e avaliadores de programas, que conduzam a uma ação pedagógica inclusiva.

Ressalta-se que o currículo deve passar por um replanejamento ou ainda uma ressignificação, que indique progressões importantes para a melhoria no ensino, sendo reconhecidas pelos setores educacionais, como importantes para o desenvolvimento dos alunos.

Assim, algumas das possíveis alternativas pensadas para melhorar as situações problemáticas percebidas na escola, segundo a gestora entrevistada, foram as seguintes:

1. Trabalhar com oficinas de esportes, jogos de raciocínio lógicos, psicomotricidade e reforço escolar.
2. Desenvolver práticas pedagógicas, incentivando o ato de pensar sobre o que se faz.
3. Realizar sempre trabalhos em sala de aula que incentivem o gosto pela pesquisa, pela leitura, pela produção textual, entre outros.
4. Adaptação curricular aos alunos com NEE.
5. Continuação do projeto de método fônico para alfabetização.
6. Proporcionar atendimento educacional especializado.
7. Realizar campeonatos desportivos internos na hora do recreio.
8. Realizar encontros, de acordo com o calendário escolar, com pais durante todo o ano de trabalho.
9. Promover eventos festivos nas datas comemorativas, como Aniversário da Escola, Dias das Mães, Dia dos Pais, Semana da Pátria e Natal.
10. Estimular campanhas e projetos que envolvam alunos e pais em atividades diversas, tais como: “Embelezamento do Ambiente Escolar”, “Programa A União Faz a Vida”, “Horta Escolar”, “Rally de Ciclismo”, “Projeto Educar Juntos”.
11. Formar grupos de estudos continuados na escola.
12. Participar de encontros de formação em outros espaços educacionais.
13. Desenvolver uma metodologia de trabalho referendada na realidade dos alunos, através de competências e habilidades.
14. Adquirir equipamentos de informática para a sala dos professores.
15. Implantação da sala de recursos multifuncionais e atendimentos psicopedagógicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais objetivos deste estudo foram entender como a gestão da escola pesquisada busca alternativas para a valorização das vivências extraescolares dos estudantes e para a igualdade de condições de acesso e permanência dos estudantes, percebendo se tal valorização encontra vinculações com o trabalho e as práticas sociais realizadas pelos estudantes durante e após sua formação escolar.

Fica evidente que a escola possui objetivos bem claros que demonstram uma constante preocupação em possibilitar aos estudantes uma educação de qualidade, uma igualdade de condições para o acesso e permanência dos mesmos na escola, mas que, sendo uma escola de zona rural, com um alto índice de famílias de baixa renda, que vivem em condições bastante precárias, inclusive pela ausência de saneamento básico, há ainda muitas particularidades que precisam ser consideradas pela própria instituição para que sejam garantidas aos alunos possibilidades de permanência na escola. Permanência esta que é ansiada também pelos pais, mesmo com todas as dificuldades que encontram para isso.

Psicopedagogos e psicóloga já desenvolvem um acompanhamento aos alunos com necessidades especiais e, mesmo com a falta de equipamentos, têm contribuído para facilitar a adaptação destes, que se percebem mais respeitados e valorizados em suas diferenças.

Fica evidente a preocupação da gestora em mediar o desenvolvimento de atividades que levem em consideração as experiências extraclases trazidas pelos estudantes, tal como o interesse musical e trabalhos voltados para o plantio o que, segundo ela, têm contribuído não só para um ensino de maior qualidade, mas também para a percepção do próprio estudante enquanto atuante na sociedade em que vive, vendo seus saberes familiares reconhecidos como importantes dentro do contexto escolar.

As alternativas apontadas pela gestora vão ao encontro das perspectivas da própria LDB, assim como dos objetivos da escola. Em sua atuação, ela demonstra preocupação em mediar as atividades da escola para que os estudantes se sintam motivados para a aprendizagem. A valorização de suas experiências extraescolares, assim como a preocupação com as diferenças enquanto possibilitadoras da igualdade de condições têm impacto direto para a permanência de mais estudantes na escola. Resta agora que o diálogo e a parceria entre profissionais, estudantes e comunidade tornem cada vez mais concretas essas possibilidades claramente visualizadas e almejadas por todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 28 mar. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 35 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. **LEI 9.394/1996**. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/reforma/ldb.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

**Proposta político-pedagógico (PPP)**. Escola Estadual de Ensino Fundamental Emílio Henrique Schmitt. Espumoso, RS.

SCHNEIDER, Magalis Béssem Dorneles. **Subsídios para ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo**. Nov. 2003. Disponível em: <<http://www.adefib.org.br>> Acesso em: 20 maio 2011.

## Anexo A

### Entrevista à gestora escolar:

1. Como a gestão escolar dessa instituição propõe alternativas para a valorização das experiências extraescolares dos estudantes?
2. Essas experiências encontram espaço nos critérios de avaliação? De que modo?
3. Como é pensada a vinculação entre o currículo escolar e as alternativas de trabalho e práticas sociais dos estudantes durante e após o período escolar?
4. O que você compreende por igualdade de condições para o acesso e permanência do estudante na escola? Como isso é buscado pela gestão escolar?
5. Como dentro dessa igualdade de condições são encontradas brechas para o respeito e valorização das diferenças no ensino e no processo de avaliação?